



Ano I Nº 294
20 de Agosto de 2008

Índice

| | |
|---|----|
| Impactos sobre o setor Metalúrgico na Argentina e no Brasil | 01 |
| Entrevista: Marino Vani fala sobre a Rodada de Doha | 02 |
| Itamarati debate as implicações da Rodada Doha | 03 |
| Banco Mundial elogia ação do Brasil para acordo de Doha | 03 |
| Agora, Sidor é venezuelana | 04 |

INTERNACIONAL

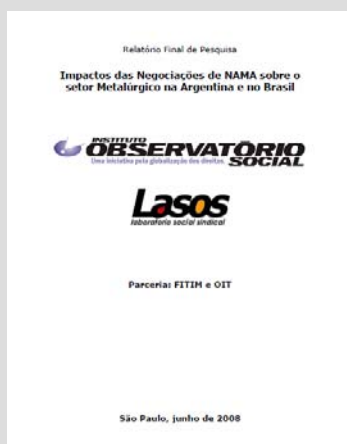
Negociações do NAMA na OMC

Impactos sobre o setor Metalúrgico na Argentina e no Brasil

Transcrevemos abaixo a Apresentação do relatório Final da Pesquisa patrocinada pela FITIM sobre o impacto das negociações da NAMA na OMC. A pesquisa indica claramente os riscos dessas negociações para nossos empregos.

“O presente relatório de pesquisa foi produzido em conjunto pelo Instituto Observatório Social (IOS) do Brasil e o Laboratório Social Sindical (Lasos) da Argentina, no âmbito de uma parceria com a FITIM e a OIT. Duas oficinas foram realizadas, ao início (dezembro de 2007) e ao final do projeto (julho de 2008), com a participação de representantes da CCSCS e dos seguintes sindicatos e confederações nacionais de Brasil e Argentina: CNM/CUT e CNTM/Força Sindical, UOM, AOMA, SMATA e ASIMRA.

A análise está centrada no comportamento recente do comércio, da produção e do nível de emprego para os setores siderúrgico, automotivo e autopeças, eletroeletrônicos e máquinas agrícolas.



Dois objetivos básicos norteiam este projeto. Em primeiro lugar, busca-se compreender o papel do comércio intra-Mercosul para explicar o comportamento positivo dos níveis de produção e de emprego do setor metal-mecânico na região durante o período pós-2003. Esta compreensão é fundamental para que se possam avaliar os impactos negativos sobre Argentina e Brasil decorrente de uma redução das tarifas industriais, tal como querem nos impor os representantes dos governos dos países desenvolvidos a partir das negociações de NAMA (Acesso a Mercado de Bens Industriais) da OMC. Uma maior abertura – e, pior ainda, praticada de forma linear e sem consideração aos objetivos de política industrial – pode comprometer seriamente a consolidação destes setores e inclusive as possíveis perspectivas de inserção futura no cenário internacional.

Em segundo lugar, acredita-se que o conhecimento mais apurado sobre a evolução dos fluxos de comércio e de produção e do nível de emprego pode estimular uma ação conjunta dos representantes sindicais do setor metalúrgico dos dois países no plano internacional, articulando uma visão crítica com relação ao estado das negociações da OMC, e exercendo uma pressão sobre a posição negociadora dos seus governos. Adicionalmente, abre-se espaço para a viabilização de propostas sindicais de política industrial e complementação produtiva no âmbito do Mercosul, que estejam associadas à melhoria dos níveis de salários e emprego.

Este é o desafio do movimento sindical, que deve estar capacitado para atuar tanto nas discussões referentes a negociações e políticas industriais e de complementação produtiva, como nos temas referentes ao mundo do trabalho.”

Acesse a íntegra do Relatório Final da Pesquisa FITIM/OIT : Impactos das Negociações de NAMA sobre o setor Metalúrgico na Argentina e no Brasil (pdf)

Veja também a Apresentação de Alexandre de Freitas Barbosa e Osvaldo Battistini (pdf)

Entrevista: Marino Vani fala sobre a Rodada de Doha

O vice-presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) acompanhou as reuniões que discutiram - e não chegaram a um acordo - sobre o livre comércio, na sede da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada mês passado em Genebra

Na sua visão os trabalhadores, as negociações fracassaram mesmo ou foi melhor os países pobres não aceitarem um acordo que colocaria direitos e empregos em risco?

Não houve fracasso. Só não se chegou a um acordo. O comércio mundial não regredirá. De fato, não se chegou a um acordo porque os países mais pobres não se sentiram contemplados e perderiam muito.

No caso de Doha se busca novas regras e formas para fluir o comércio no mundo. Nesta rodada se avançou em temas e questões que poderão ser fruto de acordo em outro momento. Mesmo assim o comércio mundial vai continuar na forma atual. Ou seja, não houve fracasso e o comércio mundial não vai regredir em relação ao que é hoje.

Os países mais pobres não se sentiram beneficiados e, com certeza, um acordo no patamar que se chegou quem mais perderia seriam os mais pobres. Isto não significa que não vai se concretizar em outra rodada.

Que tipo de acordo poderia ser feito que levasse em conta os interesses dos trabalhadores?

Na OMC não se fala em trabalho nem em desenvolvimento, mas sim em comércio livre. Cada vez mais se trabalha pelo fim da intervenção do estado e de governos, principalmente em países em desenvolvimento para que os já desenvolvidos disputem os mercados destes países. Ao mesmo tempo que os ricos querem os mercados livres dos países em desenvolvimento, os mesmos intervêm e mantêm o estado como regulador e protecionista de vários setores da indústria, agricultura e serviços.

Um acordo justo seria pensar, primeiro, no desenvolvimento sustentável global e na melhor distribuição internacional do trabalho, pensar nas possibilidades de cada país, bem como tratar os desiguais de forma justa, exigindo mais de quem tem mais e concedendo mais a quem necessita mais.

Num processo de negociação de tamanha complexidade é possível contemplar todos os interesses?

Onde se discute fluxo de comércio e não justiça e desenvolvimento social é impossível contemplar todos os interesses, até porque nem todos são justos e também porque os que têm mais querem mais dos que tem menos, e os que têm menos não têm força suficiente ainda para mudar esta concepção de que comércio é apenas lucro, mas pode sim ser mais justiça social e desenvolvimento sustentável e para todos.

Na sua opinião, os negociadores levam mais em conta os interesses das sociedades que representam ou do capital?

Do capital. Em nossa sociedade o direito à vida sempre está em segundo plano. Ao mesmo tempo que o capital quer liberdade, exige que o estado e governos lhe dê condições para se desenvolver (portos, estradas, energia etc) e não pagar impostos. A maioria das entidades patronais é pró comércio livre, sem qualquer barreira ou obstáculo. Querem competir e, depois, impõem que nós paguemos a conta com flexibilização, baixos salários e fim dos direitos.

O que você acha da insistência do presidente Lula retomar o assunto, como sugeriu ao presidente da China, na abertura das Olimpíadas de Pequim?

O Lula representa a sociedade Brasileira, a esperança da América Latina e de muitos países em desenvolvimento. Acho que está correto e é melhor ter regras para todos, do que ter regras bilaterais entre países como já muitos o fizeram, como o Chile o México e outros.

Num mundo sem regras quem sempre perde mais são os mais pobres, os mais frágeis, o que temos que fazer é estar atentos, alertas e cobrar de nosso governo suas posições e proposições. Propor mais rodadas é importante. O que precisamos garantir é uma rodada onde os mais pobres tenham mais possibilidades de se desenvolver e é hora de conceder mais os que têm mais.

Vejo que propor negociação não é o problema. O problema é onde é nosso limite e o limite dos países que estão junto com o Brasil neste debate. A questão é saber medir o que significa conceder a abertura de nosso mercado para serviços e indústria e em troca não receber vantagem em relação a agricultura por exemplo.

A proposta construída até então na avaliação da CUT e das centrais sindicais mundiais é prejudicial ao Brasil e aos países em desenvolvimento. *(Silvio Berengani) (Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 19.08.2008)*

Itamarati debate as implicações da Rodada Doha

O diretor do Departamento Econômico do Itamarati, se reuniu na segunda-feira (18) com lideranças cutistas na sede nacional da entidade, em São Paulo, sobre as negociações na rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as implicações para a economia, o emprego e a renda dos brasileiros.

O presidente da CUT, Artur Henrique, destacou o significado da exposição para uma maior compreensão e aprofundamento do tema, bem como a importância dos dirigentes sindicais se manifestarem sobre os possíveis impactos que teriam as medidas da OMC em seu Ramo.

Conforme Rosendei, o Itamarati tem procurado incorporar contribuições e análises dos distintos segmentos da sociedade, a fim de potencializar ganhos. "Procuramos aqui na CUT fazer uma reunião mais informal, que desejamos repetir de forma mais ampla e sistemática. Assim como debatemos com lideranças empresariais, acreditamos que este encontro com dirigentes sindicais contribuiu para esclarecer nossas posições. Isso é fundamental para a compreensão sobre o que está na mesa, pois os acordos firmados terão de ser aprovados pelo Congresso Nacional", declarou.

Na avaliação do diretor do Itamarati, há uma grande preocupação por parte do governo brasileiro em fortalecer ações comuns no âmbito do Mercosul, mas também com Índia e África do Sul, a fim de resguardar interesses dos países em desenvolvimento.

O secretário de Relações Internacionais da CUT, João Antonio Felício, lembrou que todas as vezes que o governo negocia, a Central sempre se posiciona radicalmente em defesa do protecionismo, tanto do ponto de vista do setor agrícola como do industrial, principalmente para fazer frente às pressões das grandes potências que agem sempre no sentido de tomar mercados. João Felício lembrou de duas notas assinadas pela CUT conjuntamente com a CSA (Central Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas) e com a Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) sobre as perversas conseqüências da liberalização do comércio de bens industriais e serviços por parte dos países do Sul, em troca da abertura de mercados no Norte para exportações.

Ao final do encontro, várias lideranças fizeram questionamentos e sugestões ao representante do Itamarati. O presidente da CNTV (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Vestuário), José Carlos Guedes, e o tesoureiro da Contracs (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio), Valeir Ertle questionaram a posição assumida pelo governo brasileiro na última rodada, demonstrando preocupação sobre as graves implicações que poderiam ter - caso se confirmassem - os acordos para o setor têxtil, coureiro-calçadista e de serviços. *(Agência CUT de Notícias, 20.08.2008)*

Banco Mundial elogia ação do Brasil para acordo de Doha

O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, afirmou na segunda-feira (18), em Washington, que "o presidente Lula fez um apelo às partes envolvidas (nas negociações da Rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio) de forma a não permitir que as negociações fracassem por causa de diferenças relacionadas às salvaguardas para o setor agrícola. E tem razão". As informações são da Organização das Nações Unidas (ONU).

Zoellick ainda disse que "diante da elevação de preços dos alimentos em todo mundo e a necessidade de reduzir o custo que supõe a obtenção de alimentos para os pobres, não há sentido algum que as negociações de Doha fracassem por causa deste obstáculo".

Em colaboração com o diretor geral da OMC, Pascal Lamy, os Estados Unidos, Índia e China deveriam chegar a um acordo, conforme a visão do presidente do Banco Mundial.

"O Brasil, um país em desenvolvimento que é cada vez mais um importante exportador agrícola e pátria de muitos agricultores pobres, pode ajudar. A Indonésia e Austrália também podem ter condições de contribuir e ajudar a encontrar uma solução", completou. *(Invertia, 19.08.2008)*

Agora, Sidor é venezuelana

Techint fecha acordo com Venezuela e receberá US\$ 1,65 bilhão pela Sidor

O grupo ítalo-argentino Techint chegou a um acordo com o Governo do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para receber US\$ 1,65 bilhão pela transferência ao Estado venezuelano de 50% de suas ações da siderúrgica Siderúrgica del Orinoco (Sidor), informa hoje o jornal "Clarín", de Buenos Aires.

O acordo, fechado depois de vários meses de difíceis negociações, será assinado hoje em Caracas por Daniel Novegil, diretor da Techint, com as autoridades venezuelanas, disse o jornal.

A Techint, que tinha 60% do capital da Sidor, ficará com 10%, o que permite ter um membro na junta diretiva, garantir o fornecimento de matérias-primas a suas outras duas firmas na Venezuela e impedir que um concorrente se estabeleça na principal siderúrgica do Caribe.

Novegil, presidente da Ternium, o conglomerado que reúne as fábricas de aço plano da Techint, foi quem tinha apostado na permanência do grupo como membro da Sidor, pela qual pagou US\$ 1,2 bilhão e assumiu as dívidas da siderúrgica quando foi privatizada, em 1998, disse.

O "Clarín" também destacou que a Sidor registrou lucro de US\$ 500 milhões no ano passado e que era a menina dos olhos da Techint, um dos maiores conglomerados siderúrgicos do mundo, com faturamento anual de US\$ 20 bilhões e 51.600 funcionários. (*Agência Efe, 20.08.2008*)

Crise nos EUA ainda não terminou

Ex-economista do FMI prevê colapso de grande banco nos EUA

O pior da crise financeira global ainda está por vir e um grande banco norte-americano vai entrar em colapso nos próximos meses, com o aprofundamento dos problemas na maior economia do mundo, avaliou o ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) Kenneth Rogoff.

"Os EUA ainda não estão a salvo. Acho que a crise financeira está no meio do caminho, talvez. Eu iria mais longe ao dizer que 'o pior está por vir'", disse nesta terça-feira em uma conferência.

"Nós não veremos apenas bancos de médio porte com problemas nos próximos meses... vamos ver um grande, um dos maiores bancos de investimento ou dos maiores bancos."

Rogoff, professor da Universidade de Harvard, foi economista-chefe do FMI entre 2001 e 2004.

"Temos que ver mais consolidação no setor financeiro antes de tudo isso acabar", comentou ao ser questionado sobre os sinais de final da crise.

"Provavelmente Fannie Mae and Freddie Mac... essas agências gigantes de hipotecas não existirão no formato atual em alguns anos." (Por Jan Dahinten da Reuters)

Fernando Lugo e o novo Paraguai

A eleição de Fernando Lugo como presidente do Paraguai inaugura um processo de transformações, deslocando do poder ao Partido Colorado depois de 71 anos, por um processo eleitoral, realizado em 10 de abril deste ano.

A candidatura do ex-bispo mobilizou os amplos setores que haviam estado marginalizados do sistema político paraguaio. Sua figura simboliza o descontentamento e a crise final do regime político colorado, mas as estruturas de poder – corruptas, clientelistas – sobreviveram.

Agora se inaugura finalmente um processo de transição democrática, em que a liderança de Lugo simboliza todas as esperanças de transformações.

A coalizão de partidos que o elegeu e apóia a seu governo é muito heterogênea, inclui desde o tradicional Partido Liberal, principal força opositora aos governos colorados, moderado, que representa a grandes produtores rurais e também a setores médios, com profundas contradições internas.

Participam os liberais com postos chave no governo de Lugo, além de se constituírem na principal força parlamentar de que depende o novo presidente. (*Blog do Emir (Carta Capital, 18.08.2008)*)